



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

*Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811*

*Estado de São Paulo*

*E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br*

*Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br*



## **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 3939** **PROJETO DE LEI Nº 126/2010**

*“Autoriza o Poder Executivo a  
suplementar dotação orçamentária  
que especifica” .....*

### ***A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:***

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária a fim de aditar convênio celebrado com a **Associação Metodista de Assistência Social de Pirassununga – AMAS**, na importância de R\$ 28.796,87 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), para o desenvolvimento do Programa de Acolhimento Social à Criança e ao Adolescente, através da administração do Centro de Acolhimento Social – CAS.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Terceira Idade, rubrica 14.01 – 08.243.4001.2373 – 33.50.43.00 – Subvenção Social.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 3 de novembro de 2010.

Pirassununga, 14 de dezembro de 2010.

  
**Natal Furlan**  
**Presidente**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- PROJETO DE LEI Nº 126/2010 -

*“Autoriza o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica”.....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária a fim de aditar convênio celebrado com a **Associação Metodista de Assistência Social de Pirassununga – AMAS**, na importância de R\$ 28.796,87 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), para o desenvolvimento do Programa de Acolhimento Social à Criança e ao Adolescente, através da administração do Centro de Acolhimento Social – CAS.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Terceira Idade, rubrica 14.01 – 08.243.4001.2373 – 33.50.43.00 – Subvenção Social.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 3 de novembro de 2010.

Pirassununga, 13 de dezembro de 2010.

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## “ J U S T I F I C A T I V A ”

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem essa Casa de Leis *visa criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Pirassununga-SP.*

Recentemente essa Casa de Leis aprovou projeto enviado pelo Executivo Municipal, versando sobre convênio a ser celebrado com a **Associação Metodista de Assistência Social de Pirassununga – AMAS**, para transferência de recursos no presente exercício no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), cujo objetivo era o desenvolvimento do Programa de Acolhimento Social à Criança e ao Adolescente, através da administração do Centro de Acolhimento Social – CAS, culminando na Lei Municipal nº 4.009, de 15 de outubro de 2010.

Referido convênio foi celebrado e a entidade conveniada começou a receber mensalmente o repasse de subvenção respectivo. Ocorre que, o valor previsto não foi suficiente para que a entidade honrasse todos seus compromissos, referentes a 1/3 de férias mais rescisões contratuais, primeira e segunda parcela do 13º salário, ultrapassando em R\$ 28.796,87 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos) o valor previsto para o convênio.

Ocorre que quando do envio da proposta inicial, não foram previstas as verbas referente ao 13º salário e encargos, o que justifica o pedido apresentado pela entidade conveniada, e o envio da presente proposta a essa Casa de Leis.

Dada a clareza com que o Projeto vem redigido e o alcance que reveste a matéria, desde já contamos com o beneplácito dos nobres Edis que constituem o Egrégio Legislativo, encarecendo que para a matéria seja observado o regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município.

Pirassununga, 13 de dezembro de 2010.

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal



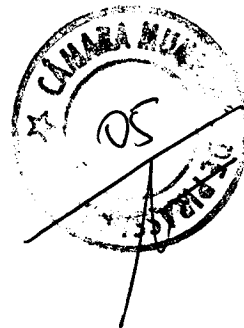
# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER N°

## COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 126/2010*, de autoria do Executivo Municipal, que *visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica*, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, 13 DEZ 2010

  
**Wallace Ananias de Freitas Bruno**  
Presidente

  
**Otacilio José Barreiros**  
Relator

  
**Paulo Eduardo Caetano Rosa**  
Membro



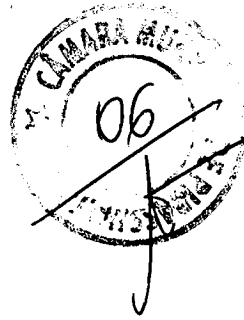
# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



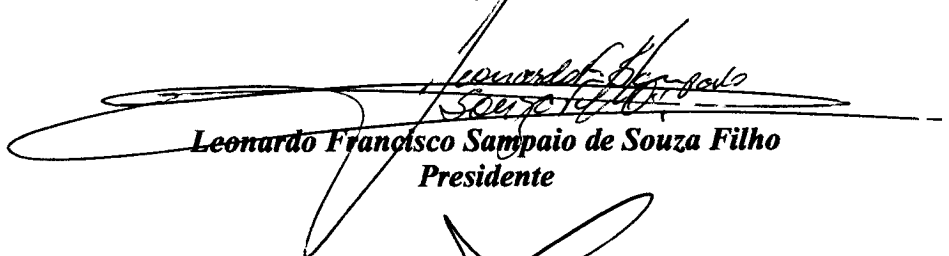
## PARECER N°

### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 126/2010*, de autoria do Executivo Municipal, que *visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que específica*, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

Sala das Comissões,

13 DEZ 2010

  
**Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho**  
Presidente

  
**Antonio Carlos Duz**  
Relator

  
**Roberto Bruno**  
Membro



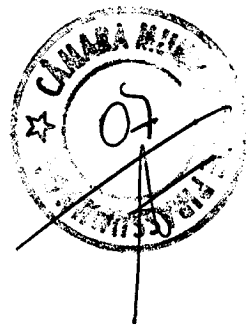
# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER N°

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 126/2010*, de autoria do Executivo Municipal, que *visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que específica*, nada tem a objetar quanto seu aspecto educacional.

Sala das Comissões, 13 DEZ 2010

  
**Antonio Carlos Duz**  
Presidente

  
**Hilderaldo Luiz Sumaio**  
Relator

  
**Roberto Bruno**  
Membro



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER Nº

### COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 126/2010*, de autoria do Executivo Municipal, que *visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica*, nada tem a objetar quanto seu aspecto urbanístico.

Salas das Comissões,

13 DEZ 2010

*Antonio Carlos Bueno Gonçalves*  
Presidente

*Otacílio José Barreiros*  
Relator

*Wallace Ananias de Freitas Bruno*  
Membro



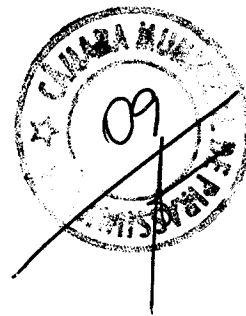
# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br




## PARECER Nº

### COMISSÃO PERMANENTE DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 126/2010*, de autoria do Executivo Municipal, que *visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica*, nada tem a objetar quanto seu aspecto ambiental.

Salas das Comissões,

13 DEZ 2010

  
Almiro Sinotti  
Presidente

  
Antonio Carlos Bueno Gonçalves  
Relator

  
Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho  
Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER Nº

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 126/2010*, de autoria do Executivo Municipal, que *visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica*, nada tem a objetar quanto seu aspecto humanístico.

Salas das Comissões, 13 DE7 2010

  
**Hilderlúcio Luiz Sumaio**  
Presidente

  
**Almiro Sinotti**  
Relator

  
**Paulo Eduardo Caetano Rosa**  
Membro



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Síte: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER Nº


### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 126/2010**, de autoria do Executivo Municipal, que **visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de consumo ao contribuinte.

Salas das Comissões, **13 DEZ 2010**

  
**Paulo Eduardo Caetano Rosa**  
**Presidente**

  
**Otacilio José Barreiros**  
**Relator**

  
**Wallace Ananias de Freitas Bruno**  
**Membro**



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## REQUERIMENTO

Nº 551/2010

**APROVADO**

Providencie-se a respeito

Sala das Sessões, 13 de DEZ de 2010

*Natália Furlan*  
PRESIDENTE

**REQUEIRO** à Mesa, pelos meios regimentais, seja incluído na ordem do dia dos trabalhos da presente sessão e apreciado sob ***regime de urgência*** o Projeto de Lei nº 126/2010, de autoria do Executivo Municipal, que ***visa autorizar o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica.***

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2010.

*Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho*  
**Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho**  
Vereador

*Natália Furlan*  
*Antonio*  
*Paulo*  
*Wellton*  
*Amir*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**– LEI Nº 4.023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010 –**

*“Autoriza o Poder Executivo a  
suplementar dotação orçamentária  
que especifica”.....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO  
MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária a fim de aditar convênio celebrado com a **Associação Metodista de Assistência Social de Pirassununga – AMAS**, na importância de R\$ 28.796,87 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), para o desenvolvimento do Programa de Acolhimento Social à Criança e ao Adolescente, através da administração do Centro de Acolhimento Social – CAS.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Terceira Idade, rubrica 14.01 – 08.243.4001.2373 – 33.50.43.00 – Subvenção Social.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 3 de novembro de 2010.

Pirassununga, 15 de dezembro de 2010.

**- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal**

Publicada na Portaria.  
Data supra.

*Daiverson Antonio Gonçalves*  
**DAVERSON ANTONIO GONÇALVES.**

Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração.  
dag/.

## Anexos no final desta edição.

\*\_\*\_\*\_\*\_\*

### LEI Nº 4.023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

"Autoriza o Poder Executivo a suplementar dotação orçamentária que especifica".....

#### A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária a fim de aditar convênio celebrado com a **Associação Metodista de Assistência Social de Pirassununga – AMAS**, na importância de R\$ 28.796,87 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), para o desenvolvimento do Programa de Acolhimento Social à Criança e ao Adolescente, através da administração do Centro de Acolhimento Social – CAS.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Terceira Idade, rubrica 14.01 – 08.243.4001.2373 – 33.50.43.00 – Subvenção Social.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 3 de novembro de 2010.

Pirassununga, 15 de dezembro de 2010.

**Ademir Alves Lindo**

Prefeito Municipal

Daverson Antonio Gonçalves

Respondendo pela Secretaria Municipal de Administração

\*\_\*\_\*\_\*\_\*

### LEI Nº 4.024, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

"Autoriza a prorrogação por mais 60 dias da Licença-maternidade às servidoras municipais".....

#### A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder prorrogação por mais 60 (sessenta) dias da Licença-maternidade às servidoras do município de Pirassununga que, comprovadamente, estejam amamentando seu recém-nascido, salvo impossibilidade fisiológica de lactação.

§1º O prazo para a contagem desse tempo será aplicado de acordo com as normas em vigor, sem prejuízo da sua remuneração.

§2º A comprovação do aleitamento materno ou da impossibilidade fisiológica de lactação, para consecução do benefício, será feita através de atestados médicos do pediatra ou do obstetra.

§3º A prerrogativa disposta no *caput* do presente artigo é extensivo à servidora que adotar ou manter a guarda judicial de criança de 0 (zero) à 6 (seis) meses de idade.

Art. 2º O benefício deverá ser requerido até quinze dias antes do vencimento da licença-maternidade previdenciária.

Art. 3º Durante o período de prorrogação da licença maternidade, a servidora municipal terá direito a sua remuneração integral.

Art. 4º Fica estendido o benefício previsto no artigo 1º às servidoras da Autarquia de Sistema de Água e Esgoto de Pirassununga, ou outras autarquias municipais que vierem a ser criadas.

Art. 5º Durante todo o período da licença-maternidade a mãe da criança não poderá exercer qualquer atividade remunerada e nem colocá-la em creche.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão por dotação orçamentária própria, ficando autorizada a suplementação se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pirassununga, 22 de dezembro de 2010.

**Ademir Alves Lindo**

Prefeito Municipal

Daverson Antonio Gonçalves

Respondendo pela Secretaria Municipal de Administração

\*\_\*\_\*\_\*\_\*

### LEI Nº 4.025, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

"Altera dispositivos da Lei nº 2.526, de 21 de dezembro de 1993, com alterações posteriores".....

#### A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O artigo 12 da Lei nº 2.526, de 21 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 A tarifa pela utilização da rede coletora, afastamento e tratamento do esgoto será cobrada mensalmente tomando-se por base de cálculo a tarifa mensal do fornecimento de água, conforme tabela vigente à época do consumo.

§ 1º A cobrança do esgoto sanitário para o consumo mínimo de todas as categorias será de 100% (cem por cento) do valor da tarifa de água." (NR)

§ 2º A inclusão da tarifa nas contas para cobrança se dará da seguinte forma:

a) 90% (noventa por cento), a partir do início da operação da estação de tratamento de esgoto da cidade sede.

b) A partir de 1º de janeiro de 2012, será de 100% (cem por cento) do valor da tarifa de água." (AC)

Art. 2º O artigo 13 da Lei nº 2.526, de 21 de dezembro de 1993, alterado pela Lei nº 3.137, de 31 de outubro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 Em sendo apurado fornecimento de excesso de água, a tarifa de coleta, afastamento e tratamento do esgoto será cobrada na base de 100% (cem por cento), calculada sobre o valor da respectiva tarifa de excesso de fornecimento de Água, para todas as categorias, a partir do início de operação da estação de tratamento de esgoto da cidade sede.

§ 1º .....

§ 2º .....

....." (NR)

§ 3º A cobrança do esgoto em sendo apurado o excesso de fornecimento de água de que trata o *caput* do artigo 13, alterado nesta Lei, será de 100% (cem por cento) do valor da tarifa de água.

§ 4º A inclusão da tarifa nas contas para cobrança se dará da seguinte forma:

a) 80% (oitenta por cento), a partir do início da operação da estação de tratamento de esgoto da cidade sede.

b) A partir de 1º de janeiro de 2012, será de 90% (noventa por cento) do valor da tarifa de água.

c) A partir de 1º de janeiro de 2013, será de 100% (cem por cento) do valor da tarifa de água." (AC)

Art. 3º Fica autorizado o Executivo Municipal, através de sua Autarquia, a criar e constituir o Fundo Municipal para Tratamento de Esgoto, para gerir recursos para todo